

Voltar à competição

FERREIRA, Wilson. "Voltar à competição". O Globo. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2018.

Debater a capitalização da Eletrobras é crucial para o Brasil. A cada ano que passa, a empresa perde competitividade, e cede espaço às concorrentes. Apesar de ser a maior do setor no país, acumulava obras em atraso e, por isso, deixou de participar dos leilões de geração e transmissão de energia.

Em 2014, último ano em que entrou na disputa, a Eletrobras arrematou apenas 11% dos projetos de geração. A perda de relevância é evidente: dos 33 GW agregados ao sistema elétrico entre 2011 e 2016, apenas 15% foram da Eletrobras. Os 85% restantes vieram de outros agentes, em sua maioria privados. A participação da Eletrobras na geração, em dez anos, recuou de 38% para 31%, em 2017.

Além de reduzir endividamento e cortar custos, a atual gestão priorizou a conclusão de obras em atraso: a última turbina da usina de São Manoel foi acionada recentemente; e a hidrelétrica de Sinop (MT) deve ficar pronta até o fim deste ano. Até 2021, a previsão é adicionar 8.000 MW à matriz energética.

No segmento de transmissão, a companhia também está fora dos leilões desde 2014, quando ficou com 3.259 quilômetros de linhas, ou 50% do total arrematado. Mas, apesar de ter ampliado em 1.475 quilômetros a rede no ano passado, continua perdendo espaço: em 2008, tinha 54% e chegou a 49% em 2017.

Se tomarmos por base a expansão da demanda prevista no Plano Decenal 2026, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a Eletrobras precisaria investir R\$ 14 bilhões por ano para manter sua participação de mercado. Como a União tem 60% do capital da companhia, o governo teria que desembolsar R\$ 8,4 bilhões por ano. Como isso será possível, diante do déficit primário de R\$ 159 bilhões e com tantas carências em saúde, educação e segurança?

É incontestável que a Eletrobras cumpriu seu papel no desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, mas também foi usada, de forma sistemática e indevida, para promover a modicidade tarifária, a qualquer custo. Com a MP 579, de 2012, passou a ter 14 de suas usinas operando no regime de cotas e viu suas receitas encolherem, enquanto as despesas cresceram 65%. Nesse descompasso financeiro, foi ainda "convocada" a participar, como sócia minoritária de grandes hidrelétricas. Resultado: prejuízo de R\$ 31 bilhões, de 2011 a 2016.

Para mudar esse cenário, o Projeto de Lei 9.463/2018, que trata da capitalização da empresa, com emissão de ações, é um enorme passo. O projeto prevê diluição da fatia da União, de 60%, para algo entre 40% e 50% e a criação de uma golden share, que dará à União o direito de veto em temas previamente definidos.

Sem vender uma ação, a União permanecerá sócia relevante de uma

companhia mais forte, com novos sócios, e capacidade efetiva de investimento. O projeto prevê ainda a recuperação do Rio São Francisco, que sofre sua pior crise.

Capitalizada, a Eletrobras poderá voltar a disputar os leilões de expansão da oferta de energia e, desta maneira, beneficiar o consumidor, de forma inequívoca, com menores tarifas.

Wilson Ferreira Junior é presidente da Eletrobras